

# Identidade negra: uma abordagem teórica sobre o referencial estético de meninas negras na escola<sup>1</sup>.

Ivanilda Amado Cardoso<sup>2</sup>

## Introdução:

O presente trabalho discute *a construção da identidade de meninas negras na escola* e tem como objetivo investigar através da pesquisa bibliográfica, como as discriminações no interior da escola, direcionada à estética de meninas negras, interfere na construção de sua identidade étnico/racial. Para atingir tal objetivo dois questionamentos nortearam essa investigação: 1) Porque os estereótipos são reproduzidos na escola? e 2) Porque o cabelo de meninas negras são utilizados como alvo de discriminação?

A sociedade brasileira é baseada em hierarquias raciais, e estas são mascaradas pelo mito da democracia racial. No imaginário social brasileiro persiste a ideia de um país que vive harmonicamente, no qual as oportunidades são iguais para todos. Nesse contexto, uma identidade negra pode causar discussões polêmicas, uma vez que, se tem a mestiçagem como símbolo de identidade nacional.

Construir uma identidade negra numa sociedade que historicamente considera o negro como inferior, não é tarefa fácil para a população negra. Quando se trata da identidade étnico/racial da mulher negra, essa construção se torna mais complexa, por estar inserida numa sociedade machista e racista no qual o ideal de beleza está pautado no padrão branco. As meninas negras brasileiras trazem em sua história de vida os traumas das discriminações raciais, geralmente direcionadas ao tipo de cabelo, a cor da pele

A escola como espaço de socialização entre crianças, jovens e adultos ao tratar todos (as) os (as) estudantes como iguais sem considerar suas diferenças

---

1 Trabalho apresentado na 10ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília 2011. UNESP - Campus de Marília

2 Graduanda em Pedagogia pela UNESP- Campus de Marília. Colaboradora do Projeto de Extensão do Núcleo de ensino de Marília "Relações Étnico-raciais na Escola e os Desafios de e Ensinar e Aprender" coordenado pela Profª Drª Maria Valéria Barbosa. ivanildaamado@hotmail.com

históricas e cultural, acaba por reproduzir o mito da democracia racial e, conseqüentemente, o racismo. Conforme Gomes (2001)

[...] é comum o pensamento de que a luta por uma escola democrática é suficiente para garantir a igualdade de tratamento a todos/as. Essa crença é um equívoco. Em alguns momentos, as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. (GOMES, 2001, p. 86).

Pesquisas apontam que a reprodução do racismo no interior da escola está presentes nas práticas pedagógicas, no currículo escolar, nos livros didáticos, nos discursos dos professores, gestores, alunos e funcionários. (PAIXÃO, 200); (GOMES, 2001); (CAVALLEIRO, 2001). Esses sujeitos na maioria das vezes reproduzem as assimetrias entre negros e brancos porque naturalizaram que o negro é inferior ao branco sem realizar uma leitura mais crítica das relações raciais no Brasil. Conforme aponta Cavalleiro (2005).

[...] maioria dos profissionais de educação não tiveram a oportunidade de realizar, de maneira sistemática, leituras a respeito da dinâmica das relações raciais e do combate ao racismo na sociedade brasileira. Nessa Trajetória acaba por trazer, em suas falas e práticas, referenciais do senso comum sobre as desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira. (CAVALLEIRO, 2005, p.82).

A escola deve ser um espaço no qual as hierarquias raciais e culturais não sejam reproduzidas, e o discurso da igualdade deve está atrelado ao conceito de equidade, para que desta forma possa contribuir para que os sujeitos nela envolvidos, com diversas histórias de vida e pertencimento étnico/racial, construam identidades positivas.

A escola sozinha não é a única responsável pela construção da identidade das crianças negras, ela também depende da relação estabelecida entre a família, a comunidade e os demais atores sociais, mas é inegável que a escola tem papel fundamental. Conforme a “escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma” (GOMES, 2005, p. 44).

Ao silenciar diante das discriminações, a escola comete o racismo institucional<sup>3</sup> e contribui decisivamente para a manutenção de estigmas, preconceitos, etc. O racismo individual, o qual trato nesta pesquisa, ocorre de indivíduo para indivíduo, e é expresso através de “brincadeiras” pejorativas, xingamento e jargões, geralmente direcionado ao fenótipo das crianças negras tendo como principal alvo o cabelo crespo. Os padrões estéticos são construídos socialmente, e a escola inserida nessa sociedade precisa educar os sujeitos nela envolvidos (negros e não negros) para o respeito à diversidade.

O combate à discriminação racial, na escola, é uma reivindicação do movimento negro pós-abolição, desde 1931 vem lutando por uma educação em que, a história e cultura afrobrasileira e africana fossem desmistificadas e valorizadas. Reconhecendo essas reivindicações dos movimentos, de pesquisadores e estudiosos das relações raciais, em Junho de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a lei 10.639/03<sup>4</sup> que torna obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana em todo sistema de ensino.

Esta lei é acompanhada do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico/raciais e para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana, da Resolução CNE/CP Nº 001/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004. Esses documentos têm como objetivo “orientar os sistemas de ensino e as instituições dedicadas à educação, para que dedique cuidadosamente a atenção na incorporação da diversidade étnico/racial da sociedade brasileira nas práticas escolares” (SECAD/MEC, 2009).

A lei 10.639/03 e os documentos que a fundamenta diz que a escola deve combater toda forma de discriminação e possibilitar que os sujeitos nelas envolvidos construam identidades positivas. A identidade negra, também construída na escola, não pode ser entendida como uma identidade fixa, estável e normativa, que visa padronizar todos os/as negros/as, mas como uma construção histórica e representada de diferentes formas pelos negros em distintas regiões do país.

A Identidade negra pode ser entendida como o conjunto de elementos da cultura africana ressignificado no Brasil, ela é construída socialmente e não diz respeito apenas a cor da pele, está atrelada ao discurso da etnicidade, ou seja, as

---

3 Sobre o conceito de racismo institucional e individual, ver Gomes (2005) alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação antirracista: caminhos abertos para a lei 10.639/03. Brasília: MEC/BID/UNESCO. 2005.

4 Essa Lei foi modificada. Nela foi incorporada a obrigatoriedade da história e da cultura indígena, recebendo o número 11.645/08. Considero de extrema importância a discussão das questões relacionadas ao povo indígena na educação, mas em nível de delimitação nesse projeto, optou-se por manter a numeração original 10.639/03 referente ao segmento negro da população.

diversas expressões culturais, como o hip-hop, as danças, músicas e a valorização da estética negra, “a estética afro tem papel fundamental para reforçar as identidades raciais e/ou étnicas. Nesse sentido “além de produzir referenciais de beleza, a estética afro é também uma arena onde se protesta contra o racismo e se revela uma toma de consciência”. (PINHO, 2004, p. 133).

### **A construção da identidade de meninas negras na escola**

A valorização da estética da mulher negra pode contribuir para enfrentamento dos padrões hegemônicos europeu, mas também quando representada de forma exacerbada pode contribuir para manter estereótipos e colocar a mulher negra no lugar de exótica e não como um sujeito com características próprias, como tem ocorrido ao longo da história, em algumas regiões do Brasil como, por exemplo, na Bahia, a imagem da mulher negra, é sempre atrelada ao exotismo, a promiscuidade, a conotação sexual, os penteados afro e as roupas que remete a uma cultura africana, são vistas como moda, lúdico, carnavalesco, e não como parte de um elemento da cultura negra que representa a identidade sociocultural dos negros. Patrícia Pinho (2004, p. 131) descreve sobre esse olhar turístico em relação a estética negra “[...] palavras como 'tribal', 'exótico', diferente, são usados por turistas brancos para definir o 'visual negro', geralmente consumido através da adoção de penteados afro durante períodos de férias na Bahia”.

Portanto a estética da menina negra, neste trabalho, é entendida como uma expressão cultural que não se constrói na mera folclorização ela é pensada em termos de resgate histórico de respeito aos ancestrais negros, de cuidados, de carinho de aproximação da criança negra, proporcionando-a o direito de ser diferente, de se sentir parte de um grupo social, para que possa elevar sua autoestima, aspecto que é de extrema importância no processo de aprendizagem, afinal “A questão da identidade é de extrema importância para entender os problemas da educação brasileira” (MUNANGA, 2010, p. 53). Essa afirmação nos leva a pensar na importância de a escola estabelecer relação entre raça/etnia, cidadania e educação.

A mulher negra vista historicamente como exótica e não o ideal de beleza, vítimas de discriminações racial, na sociedade moderna encontram dificuldades para a construção de uma imagem e esses conflitos são vivenciados com muita intensidade na escola. O cabelo crespo como símbolos de identificação de negritude tem sido o principal alvo das discriminações. Segundo (GOMES, 2006, p.128) “[...] o cabelo, para os negros e para a negra, é um ícone identitário e um forte elemento usado pelo brasileiro para classificar e hierarquizar racialmente,

homens e mulheres”. Na escola as meninas negras são constantemente alvo de xingamentos, apelidos, jargões e anedotas direcionados a sua estética.

[...] Alguns se refere ao cabelo como: “ninho de guacho”, “cabelo de Bombriil”, “nega do cabelo duro”, “cabelo de picumã”! Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de Bombriil) ou com elemento da natureza (Ninho de passarinhos, teia de aranha enegrecida pela fuligem). (GOMES, 2002, p. 45).

Segundo Gomes (2006, p. 128) “[...] esses apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros. São, talvez, as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e na adolescência [...]”. De acordo com a autora é na escola que as meninas negras percebem que seus traços negroides não são visto como ideal de beleza e se intensificam as práticas de modificação da sua estética, distanciando-se de suas características para se enquadrarem num padrão branco, visto como belo pela escola e sociedade. Conforme aponta Gomes (2009, p. 291) “Se o cabelo crespo, em nossa sociedade pode ser considerado um ícone da identidade negra, ao rejeitarem o cabelo essas garotas rejeitam também o próprio corpo e a sua ascendência ancestral africana.” Essa questão é discutida por Abreu (2009) em sua pesquisa sobre a construção da identidade da estudante negra.

É perceptível o desejo de branqueamento que acompanhou essas estudantes ao longo de sua trajetória de vida e escolar. Assim, quando elas se referem a sua aparência, elas falam envergonhadas, com hostilidade ou desprezo, sobretudo quando o quesito é cabelo: algo que as incomoda para além da cor. (ABREU, 2009, p. 70).

Com base na literatura especializada, constatamos que na escola a discriminação direcionada à estética da menina negra, quando introjetada, interfere diretamente na construção de sua identidade. Uma das implicações decorrentes desses conflitos são as meninas negras negarem suas características e distanciar-se dos sinais diacríticos aproximando-se da estética branca como estratégia para ser aceita e uma forma de minimizar as discriminações sofridas constantemente, por acreditar que deixará de ser discriminada quando estive dentro de um padrão eurocêntrico. Essa hipótese pode ser comprovada quando analisado os depoimentos das entrevistadas nas pesquisas das autoras Gomes (2002), Abreu (2009), Fazzi (2004), Bento (2010).

No artigo de Gomes (2002), *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?* Podemos encontrar no depoimento de F. “[...] eu cresci constrangida porque na escola eu fui barrada também... teve bailado e eu quis participar do bailado e diziam que não, que não podia, não. Que só podia meninas brancas, as meninas bonitas”

(GOMES, 2002, p. 47). Esse relato de uma das entrevistadas de Gomes (2002) expressa o quanto a escola dita um padrão de beleza e delimita determinadas representações sociais, reproduzindo a ideologia de que o negro não serve para ocupar determinados postos, por sua estética e sua origem.

Essas ideias quando não desconstruídas através de um processo de reeducação, pode aumentar as estatísticas de mulheres negras brasileiras não alfabetizadas, que ainda muito cedo na escola foi ensinada a ocupar posições de menos prestígios e estereotipadas, como a rainha da cocada preta, a cuca, a cozinheira, etc. Personagens presentes nas festinhas da escola.

Abreu (2009), em sua pesquisa sobre as *práticas pedagógicas e a formação identitária da estudante negra*, apresenta depoimentos das alunas entrevistadas.

Tem dias que acordo que tenho vontade de tacar fogo no cabelo, de tanta raiva que me dá, às vezes fico horas no espelho tentando deixá-lo bonito, mas é foda, porque nunca fica do jeito que eu quero; sempre arma, daí os meninos tiram sarro na escola. Já teve dias que cheguei da escola, fui para casa e xinguei tanto a minha mãe, afinal de contas porque que ela não tinha casado com homem branco de cabelo liso, porque daí sim eu teria um cabelo melhor e não essa bucha dura na cabeça. (ABREU, 2009.p. 36).

Como já mencionado, para abordar a identidade negra é um exercício complexo portanto é preciso desprender-se da concepção de identidades imóveis, fixas (Hall 2002). pois a identidade negra como construção histórica também será influenciada pelo momento político, social e econômico no qual os indivíduos estão inseridos, assim a técnica de alisar o cabelo nem sempre pode está atrelada ao desejo de embranquecer, pode ser entendida também como uma das diversas técnicas de manipulação do cabelo, adotado pelas mulheres na globalização, mas quando o referencial estético dessas meninas negras são sempre pautados no modelo branco europeu, se torna problemático, pois as mulheres negras, na maioria das vezes deseja mudar suas características para evitar as discriminações, uma vez que ter cabelo crespo e cor de pele negra é sinônimo de inferioridade, como podemos constar no relato acima. Sobre o desejo de embranquecer. Pinho ( 2004, p. 118) defende que.

[...] apesar de ter na democracia racial um dos mitos centrais da nação, na qual a miscigenação cultural e racial é celebrada como um dos pilares da nossa identidade nacional, persistem no Brasil os ideais do embranquecimento, tais como a crença de que se deve “melhorar a raça” através do casamento com pessoas de pele mais clara a fim de gerar filhos com a raça mais limpa, ou,

em outras palavras, que tenha cabelo menos duro, pele menos escura e traços mais “finos”. (PINHO, 2004, p, 118).

O desejo de branquear não pode ser entendido como um problema inerente à menina negra, mas ao contexto ao qual ela está inserida, atribuir a elas a culpa, é o mesmo que reproduzir as ideias, que persistem no senso comum, de que o próprio negro se discrimina, quando na verdade ele reage e reproduz o que internalizou da ideologia racista ao ponto de discriminar aqueles com as mesmas características. [...] os efeitos da prática racista são tão perversos que, muitas vezes, o próprio negro é levado a desejar, a invejar, a introjetar e projetar uma identificação com o padrão hegemônico branco, negando a história de seu grupo étnico/racial e dos seus antepassados” (GOMES, 2001, p. 93).

Fazzi (2004) em seu livro, *O drama racial das crianças brasileiras, aborda sobre os estereótipos raciais relacionados aos negros*. Essa discussão traz contribuições importantíssimas para a questão da construção da identidade da menina negra. Nesta obra, podemos encontrar no relato de uma entrevistada, o desejo de distanciar-se dos sinais que denotam negritude, como forma estratégica de se defender das discriminações: “[...] eu não gosto de ser preta, porque tem muita gente que fica rindo, gozando do preto e eu não ia gostar disso”. (FAZZI, 2004,P.146).

Bento (2010) é outra autora a discutir, essa relação conflituosa que o racismo provoca à mulher negra em relação ao seu cabelo. Em sua pesquisa aponta que “o corpo negro não está no padrão hegemônico; e a escola como reprodutora da hegemonia silencia as agressividades realizadas pelos alunos entre si, como discriminações em forma de brincadeira.” (BENTO, 2010, p. 32). Nos depoimentos de suas entrevistadas essas questões são relatadas.

Na minha infância a imagem do meu cabelo sempre foi negativa porque nem todo mundo aceita a gente como a gente é, né? E amigos [...] sempre falavam que meu cabelo era duro [...] a maioria fora amigos do colégio, amigos do colégio de ensino fundamental, eles brincavam e tinha brincadeiras chatas [...] essas brincadeiras assim, faz com que a gente não goste de nosso cabelo, a gente passa a não gostar e a querer outro tipo de cabelo [...] (BENTO, 2010, p.33).

As discriminações à estética da menina negra , na escola muitas vezes é entendido como brincadeiras, as vezes alunos da mesma classe, por estabelecer uma relação de amizade, têm atitudes discriminatórias, e quando se trata de meninas o alvo é sempre o cabelo, como podemos perceber no relato a cima. Os apelidos pejorativos marcar a trajetória das meninas e interferem na construção de sua identidade.

## Considerações finais

Os relatos das meninas entrevistadas comprovam o quanto à discriminação no interior da escola tem marcado a trajetória das meninas negras e contribuído negativamente para a construção de uma identidade étnico/racial. Gomes (2002, p. 45) ressalta que isso ocorre devido “a questão da estética negra ainda não é considerada um tema a ser discutido pela pedagogia brasileira”. Abordar pedagogicamente a relação do negro com o seu corpo e cabelo.

[...] poderá ser uma contribuição não só para o desvelamento do preconceito e da discriminação racial na escola como também poderá ajudar-nos a construir estratégias pedagógicas alternativas que nos possibilite em compreender a importância do corpo na construção da identidade negra de alunos/as [...]. (GOMES, 2002, p. 20).

A valorização da estética negra na escola pode torna-se uma estratégia pedagógica de construção de identidade e de combate ao racismo para tanto “a escola deve superar os preconceitos em relação à estética negra” Gomes (2002, p. 4).

Desta forma, a estética da menina negra, neste trabalho, é entendida como uma expressão cultural que não se constrói no vazio, na mera folclorização ela é pensada em termos de resgate histórico, de respeito aos ancestrais negros, de cuidados, de carinho de aproximação da criança negra, proporcionando-a o direito de ser diferente, e ao mesmo tempo se sentir parte de um grupo social, para que possa elevar sua autoestima, aspecto que é de extrema importância no processo de aprendizagem.

A construção da identidade racial, através da valorização da estética negra, na escola articula-se com o tema da educação para as relações étnico/raciais que têm suscitado discussões importantes no meio acadêmico, para a concepção de uma educação antirracista que respeite as diferenças e a possibilidade de construção de identidades.



## REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. **Práticas pedagógicas e a construção identitária da estudante negra**. 2009, 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Marília: Universidade Estadual Paulista.

BENTO, L. B. “**Para ficar bonita tem que sofrer!**”: a construção de identidade capilar para mulheres negras no nível superior. 2010, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Rio de Janeiro: UFRJ.

CAVALLEIRO, E. dos S. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, N. L. Alguns Termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. In: **Educação antirracista: caminhos abertos para a lei 10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005. p. 39-62.

\_\_\_\_\_. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção cultura negra e identidade).

\_\_\_\_\_. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural**. Revista Brasileira de Educação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, 2002. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2010.

HALL, S. **A identidade na pós- modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro, DP&A 7ª p. 67-97.

MUNANGA, K. Educação e diversidade cultural. **Cadernos PENESB**, Niterói: UFF. v. 10. 2008/2010.

PAIXÃO, M. **A dialética do bom aluno**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PINHO, P. S. **Reinvenção da África na Bahia**, São Paulo: Annablumem, 2004.